

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	11
LISTA DE ABREVIATURAS	17
1. PLANO DA OBRA	19
1.1 Introdução.....	19
1.2 Delimitação do tema	21
1.3 Formulação dos problemas e das hipóteses.....	39
1.3.1 Primeiro problema: a fundamentação do <i>numerus clausus</i> dos direitos reais e a relação desse regime jurídico com o tipo dos contratos de disposição.....	40
1.3.2 Segundo problema: a organização sistemática do tipo do contrato de disposição e de seu regime de <i>numerus clausus</i>	41
1.3.3 Terceiro problema: as situações jurídicas que derogariam o regime de <i>numerus clausus</i> dos contratos de disposição	43
2. DEFINIÇÕES ESTIPULADAS.....	45
2.1 Introdução.....	45
2.2 O conceito de <i>numerus clausus</i>	45
2.3 O conceito de direito real.....	56
2.3.1 Imediatidade	62
2.3.2 Pretensões a sujeitos passivos totais	67
2.3.3 Imunidade contra disposição.....	72
2.3.4 Imunidade contra execuções judiciais.....	77
2.3.5 Síntese.....	80
2.4 O conceito de titularidade (propriedade, em sentido amplíssimo)	81
2.5 O conceito de contrato.....	91
2.6 O conceito de autonomia contratual	105
3. FUNDAMENTOS DO <i>NUMERUS CLAUSUS</i> DOS DIREITOS REAIS.....	111
3.1. Introdução.....	111

3.2	O conceito “individualista” ou “liberal” de propriedade	121
3.2.1	A propriedade “feudal” e a doutrina do duplo domínio	122
3.2.2	A morte política da doutrina do duplo domínio: os fisiocratas e o <i>Code Civil</i>	134
3.2.3	A morte jurídica da doutrina do duplo domínio: o conceito abstrato de propriedade	142
3.3	A autonomia do proprietário	155
3.3.1	Irrestringibilidade do poder de dispor	158
3.3.2	Intangibilidade do poder de adquirir	170
3.4	O caráter absoluto dos direitos reais	181
3.4.1	Heteronomia privada, externalidades e o significado de segurança da orientação	188
3.4.2	<i>Numerus clausus</i> e boa-fé	200
3.4.3	<i>Numerus clausus</i> e procedimentos de publicidade	205
3.5	O princípio da separação do direito das obrigações do direito das coisas ...	224
4.	NUMERUS CLAUSUS COMO REGRA DA PARTE GERAL DO DIREITO PRIVADO	247
4.1	Síntese e proposição	247
5.	DOGMÁTICA DOS CONTRATOS DE DISPOSIÇÃO – O SISTEMA BRASILEIRO DO DIREITO PATRIMONIAL PRIVADO	251
5.1	Introdução	251
5.2	Elaboração jurídica da disposição contratual	256
5.2.1	Aquisição contratual originária e aquisição contratual derivada de direitos subjetivos patrimoniais	262
5.2.2	Funções do poder de dispor	271
5.3	A perspectiva negativa do regime de <i>numerus clausus</i> dos contratos de disposição: limites à autonomia contratual	274
5.3.1	Tipicidade vinculativa e fixa	279
5.3.2	Sanções decorrentes do <i>numerus clausus</i>	284
5.4	A perspectiva positiva do regime de <i>numerus clausus</i> dos contratos de disposição: técnica autônoma de oponibilidade de interesses econômico-sociais aos terceiros-adquirentes	290
5.4.1	Outras técnicas jurídicas de oponibilidade de interesses econômico-sociais aos terceiros-adquirentes	293
5.4.1.1	Posições jurídicas subjetivas obrigacionais <i>propter rem</i>	294

5.4.1.2	Exercício inadmissível das posições jurídicas subjetivas contratualmente adquiridas.....	301
5.4.2	A estipulação autônomo-privada de titularidade resilível	307
6.	APLICAÇÕES DO REGIME DE NUMERUS CLAUSUS DOS CONTRATOS DE DISPOSIÇÃO	317
6.1	Introdução.....	317
6.2	Confirmação do regime de <i>numerus clausus</i> dos contratos de disposição: a face real da multipropriedade como condomínio voluntário.....	318
6.3	Súmula 308 do STJ: abrandamento do regime de <i>numerus clausus</i> dos contratos de disposição?	329
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	339
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	343